

CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ

Edital 33/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2026	771300-CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ	TAMIRYS PATROCA DOS SANTOS	08/06/2026 10:58 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63439.000213/2026-59

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90.098/2026

CONTRATANTE

771300

OBJETO

Aquisição de roupas de cama

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.179.057,53 (três milhões, cento e setenta e nove mil, cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

A data do certame será divulgada oportunamente no [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.098/2026 (REPUBLICAÇÃO DO PE Nº 90.140/2025)

(Processo Administrativo nº 63439.000213/2026-59)

Torna-se público que o CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO, por meio do DEPARTAMENTO DE OBTENÇÃO, sediado na AVENIDA BRASIL, 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a eventual aquisição de roupas de cama, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11. sociedades cooperativas;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

- 9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (*cinco*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: tamirys.patroca@marinha.mil.br, hugo.teixeira@marinha.mil.br e sabrina.fernandes@marinha.mil.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/>, e também poderão ser/ou obtidos neste Centro de Obtenção, no endereço constante do preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário de 09:00 às 11:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.11. Ao apresentar proposta comercial de que trata o item 6.1 deste Instrumento, o participante declara que está plenamente ciente das orientações emanadas no Extrato de Boas Práticas no Relacionamento com Fornecedores do COMRJ, disponível no sítio eletrônico deste Centro na internet: "<https://www.marinha.mil.br/comrj/sites/www.marinha.mil.br/comrj/files/BOAS%20PR%C3%81TICAS%20NO%20RELACIONAMENTO%20COM%20OS%20FORNECEDORES.pdf>"

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.12.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.12.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Termo de Ciência e concordância;

16.12.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Normas Técnicas;

16.12.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

16.12.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.12.3. Anexo III – Modelo de Proposta;

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

JEFFERSON GOMES DE CARVALHO MUNIZ

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEFFERSON GOMES DE CARVALHO MUNIZ

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 10:58:19.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TR 18 2026 COMPLETO ASSINADO.pdf (6.81 MB)
- Anexo II - ANEXO II - ARP771300_000023_2026.pdf (139.35 KB)
- Anexo III - ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA.pdf (350.37 KB)

CENTRO DE SUPRIMENTOS DO ABASTECIMENTO

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	771600-CENTRO DE SUPRIMENTOS DO ABASTECIMENTO	SHAIRA ONEIDA GUIMARAES KHAN LUCAS	25/05/2026 15:43 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63439.000213/2026-59

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de roupas de cama para atender as Organizações Militares da Marinha do Brasil nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UF	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	629635	COBERTA VERDE BELICHE	UN	12220	R\$ 128,33	R\$1.568.192,60

2	617740	COLCHA BRANCA	UN	11507	R\$ 139,99	R\$ 1.610.864,93
---	--------	---------------	----	-------	------------	------------------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) aceite/retirada da respectiva Nota de Empenho, improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.5. Em face do objeto desta licitação, não será aplicada a Margem de Preferência.
- 1.6. Em caso de divergência entre as descrições do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-00096/2026;
Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;
Id do item no PCA: 17;
Classe/Grupo: 7510; e
Identificador da Futura Contratação: 771600-14/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras de todos os itens.

4.4. As amostras poderão ser entregues no Centro de Obtenção da Marinha do Rio de Janeiro (COMRJ), endereço Avenida Brasil, 10.500, CEP 21.012-350, Olaria, Rio de Janeiro/ RJ, no prazo limite de 3 (três) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30 (trinta)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) aceite/retirada da respectiva Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Brasil, nº 10.500, Olaria, CEP 21.012-350, Depósito de Suprimentos de Intendência da Marinha no Rio de Janeiro (DepSIMRJ).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/05/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no anexo I deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 3.179.057,53 (três milhões, cento e setenta e nove mil cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo I deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; e

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

ANEXO I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

ANEXO II - Termo de Ciência e Concordância;

ANEXO III - Normas Técnicas; e

ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar.

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

SHAIRA ONEIDA GUIMARÃES KHAN LUCAS
Capitão de Corveta
Membro da Equipe de Planejamento

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.098/2026 (Republicação do PE nº 90140/2025)

A licitação referenciada destina-se à aquisição de roupas de cama para atender as Organizações Militares da Marinha do Brasil . Desta forma, não há necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Após considerar dados gerenciais, apurados pelo Centro de Suprimentos do Abastecimento (CSupAb), através do Documento de Formalização de Demanda, o COMRJ, órgão responsável pela procura e aquisição dos materiais e serviços trazidos à sua responsabilidade, destinados à manutenção da sistemática de abastecimento da Marinha, tendo ciência das necessidades manifestadas, deverá instaurar a licitação pertinente instruída em consonância com os requisitos legais, e será submetida à análise da Consultoria Jurídica da União (CJU), antes de sua divulgação.

Portanto, APROVO o Termo de Referência nº 18/2026, sobretudo, nos aspectos da necessidade, oportunidade e conveniência.

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

PIER FRANCO PASTORE
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90.098/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20..... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SHAIRA ONEIDA GUIMARAES KHAN LUCAS

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 14:01:01.

PIERFRANCO PASTORE

Autoridade competente




Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 15:43:39.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO III - NORMAS TECNICAS.pdf (1.68 MB)
- Anexo II - ANEXO IV - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR.pdf (4.92 MB)

	<p style="text-align: center;">COLCHA BRANCA</p> <p style="text-align: center;">Especificação</p>	<p style="text-align: right;">MAR 71000/524D</p> <p style="text-align: right;">10 / SET / 2024</p>
--	--	--

1. OBJETIVO

Esta especificação fixa as condições mínimas exigíveis para aceitação e recebimento de colcha branca usada na Marinha do Brasil.

2. NORMAS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

As últimas edições dos documentos abaixo listados são partes integrantes desta Norma:

AATCC 20	Análise de fibras – Qualitativa;
AATCC 150	Variações dimensionais de peças confeccionadas – Lavagem em máquina doméstica automática;
AATCC 153	Mensuração de cor em materiais têxteis: instrumental;
ABNT NBR 10320	Materiais Têxteis – Determinação das alterações dimensionais de tecidos planos e malhas – Lavagem em máquina doméstica;
ABNT NBR 10591	Materiais têxteis - Determinação da gramatura de superfícies têxteis;
ABNT NBR 12546	Materiais têxteis - Ligamentos fundamentais de tecidos planos – Terminologia;
ABNT NBR 12961	Máquina de costura – Determinação do número de pontos/cm;
ABNT NBR 13213	Linhas de costura – Determinação do número da etiqueta;
MAR 71000/015A	Análise visual de artigos confeccionados;
MAR 71000/021B	Amostragem de artigo de fardamento; e
Portaria 118 Inmetro	Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Amostragem

3.1.1. Cada amostra, para efeito de ensaios destrutivos, é constituída de 3 (três) colchas.

3.1.2. A coleta de amostras para inspeção visual, verificação de medidas e ensaios deve ser efetuada de acordo com a Norma MAR 71000/021B- Amostragem de artigos de fardamento.

3.1.3. As medidas básicas do produto acabado devem ser verificadas pela Marinha para efeito de recebimento do lote.

Origem: Diretoria de Abastecimento da Marinha
Departamento Técnico
Divisão Técnica de Suprimentos de Intendência
Esta Norma cancela e substitui a MAR 71000/524C/2018

Palavra-chave: colcha branca

Propriedade da Marinha do Brasil

3.1.4. As demais medidas apresentadas na tabela 2 desta especificação poderão, a critério da Marinha, após uma análise visual, incluindo-se os aspectos de simetria, funcionalidade e formato, serem verificadas para efeito de recebimento do lote.

3.2. Defeitos

3.2.1. As fronhas brancas deverão estar isentas de defeitos, em especial, os assinalados a seguir:

a) As fronhas brancas não poderão apresentar defeitos de tecelagem, acabamento ou tinturaria; e

b) As costuras não poderão apresentar manchas, empelotamentos, fios corridos, franzidos ou outros defeitos que prejudiquem a sua qualidade e aspecto.

3.3. Embalagens

3.3.1. As peças devem ser embaladas em saco plástico opaco com fechamento do tipo aba adesiva ou ziplock ou solda, acondicionados em caixas de papelão, a fim de proporcionar proteção ao produto quando transportado.

3.3.2. Os sacos plásticos serão fabricados com resinas termoplásticas (exceto biodegradável), com espessura mínima de 0,08 mm, inodoro, atóxico e resistente. Não devem permitir a incidência de luz a ponto de prejudicar o material.

3.3.3. As embalagens secundárias para o acondicionamento dos sacos plástico deverão ser em caixa de papelão do tipo maleta com tripla parede (folha de kraft / onda / semikraft / onda / kraft).

3.3.4. A caixa de papelão deve resistir ao empilhamento sem ruptura ou deformação, de modo a assegurar que seu conteúdo permaneça totalmente retido no seu interior ou, ainda, sem comprometimento do equilíbrio estático do empilhamento.

3.4. Aspectos Visuais

3.4.1. O tecido deve apresentar superfície lisa, macia ao toque e livre de enrugamento.

3.5. Aceitação e Rejeição

3.5.1. Por ocasião do recebimento dos lotes, serão colhidas amostras, de acordo com o item 3.1.1, para análise e ensaios laboratoriais para verificar a conformidade do material recebido com o especificado nesta Norma. Caso os resultados satisfaçam as exigências, o fornecimento é aceito, em caso contrário, é rejeitado.

4. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

4.1. Descrição

4.1.1. As colchas devem ser confeccionadas na cor branca, de acordo com as instruções de montagem e costura detalhadas nas tabelas 1 e 2, em tecido Piquet, conforme as tolerâncias especificadas na tabela 3 (Figuras 1, 2 e 3).

4.1.2. As bordas, inferior e superior, devem conter bainhas costuradas com embainhador, medindo $1,0 \pm 0,2$ cm de largura. As bordas laterais devem ser formadas pelas ourelas do tecido ou com bainhas costuradas com embainhador, medindo $1,0 \pm 0,2$ cm de largura (Figuras 2 e 3).

4.1.3. A etiqueta de identificação e conservação da peça (Figuras 4 e 5) deve estar inserida na borda inferior da colcha, junto a borda lateral, no lado do avesso da colcha (Figuras 2 e 3).



4.2. Costura

Tabela 1 – Costura

Operação	Máquina	Componentes	Linha de Costura	Bitola costura	Pontos/cm
Embainhar bordas inserir etiqueta	Ponto fixo 1 agulha	Agulha e bobina	80	1,0 cm	4,0 ± 0,5

Nota 1: A cor da linha é branca. O número da etiqueta das linhas usadas deve ser verificado de acordo com a Norma NBR 13213 – Linha de costura – determinação do número da etiqueta. As linhas de costura devem ser almadas, de composição poliéster e algodão e retorcidas a três cabos.

4.3. Croquis da colcha

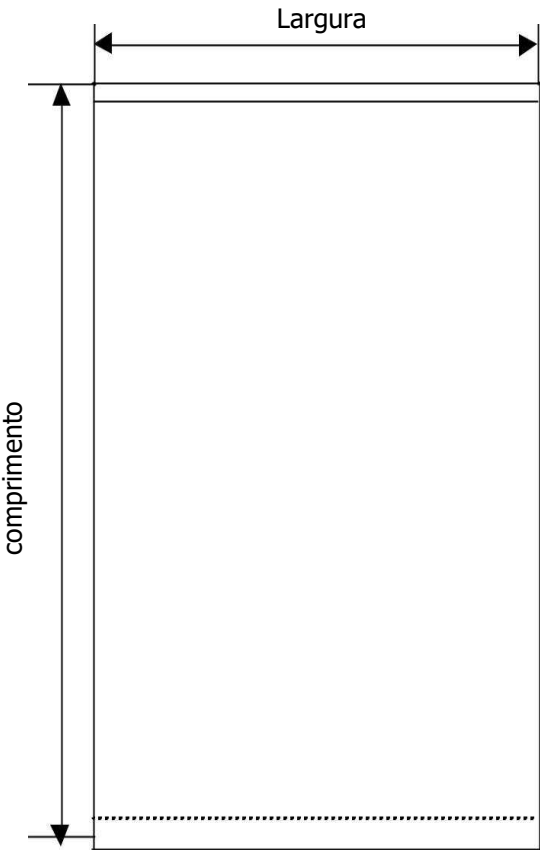


Figura 1 - Vista da colcha

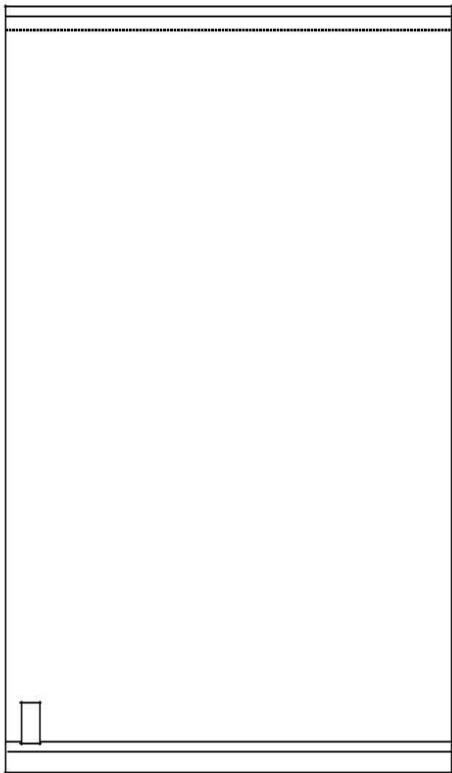


Figura 2 – Vista interna da colcha

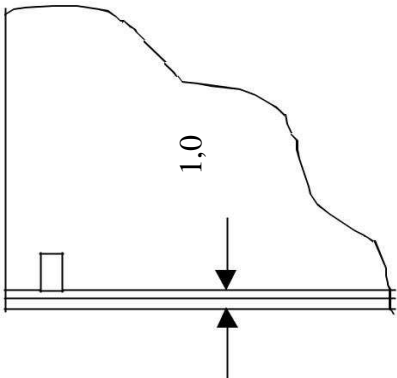


Figura 3 – Detalhes da bainha e etiqueta (medida em cm)

4.4. Dimensões (medidas do produto acabado) e tolerâncias:**Tabela 2 – Medidas Básicas**

Medidas Básicas	Tamanhos (centímetros)
	Solteiro
Comprimento	230,0
Largura	140,0

Tabela 3 – Tolerâncias

Medidas comuns (medidas em mm)			Medidas básicas
De (inclusive)	A (exclusive)	Tolerância	Nas medidas básicas do produto acabado constantes da Tabela 2, admite-se uma variação de $\pm 3\%$.
0	2	+ 1	
2	20	± 1	
20	50	± 2	
50	100	± 3	
> 100	----	± 4	

Nota 2: Condições para efetuar a medição correta da colcha:

As medidas devem ser realizadas com trena metálica ou régua de aço graduada (preferencialmente calibradas). Não usar fita métrica.

As medidas de pequenas extensões e de partes internas da peça (bitolas de costura, medidas de cotas fixas e medidas constantes da Tabela de Medidas Comuns) devem ser feitas posicionando a trena metálica ou régua de aço graduada sobre a extensão a ser medida.

As medidas de longas extensões, de contornos da peça e todas as medidas constantes da Tabela de Medidas Básicas devem ser feitas estendendo (sem esticar demasiadamente) as bordas da dimensão a ser medida, posicionando cada extremidade cuidadosamente sobre a trena metálica ou régua de aço graduada.

4.5. Etiqueta

4.5.1. A etiqueta de identificação e conservação deverá ser na cor branca e ser inserida em uma das extremidades, no lado do avesso da peça, conforme exemplo abaixo:

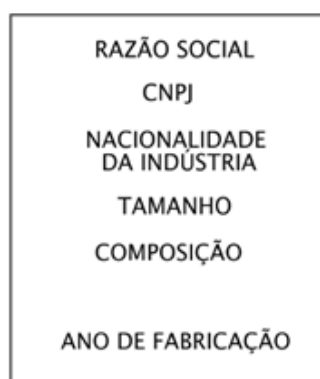


Figura 4 - Vista da frente

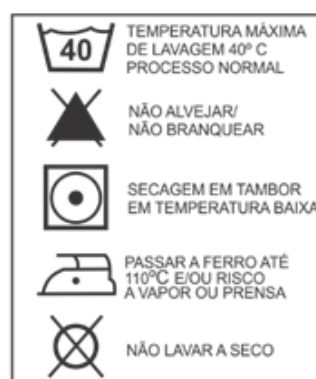


Figura 5 - Vista do verso

4.5.2. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pela Portaria nº 118, do INMETRO, de 11 de março de 2021 e os códigos de cuidados usando símbolos devem estar de acordo com a Norma ABNT NBR NM ISO 3758.

4.5.3. Os valores dos parâmetros contidos na etiqueta de identificação e instruções de conservação serão de responsabilidade do fornecedor.

4.5.4. Não deve ser aceito qualquer tipo de etiqueta adesiva ou carimbo.

4.6. Características Específicas

Tabela 4 – Características do tecido

Características	Norma	Especificação	Tolerância
Composição	AATCC 20	100% algodão	---
Gramatura	ABNT NBR 10591	235 g/m ²	mínima
Armação	ABNT NBR 12546	Maquetado (ver 4.8 – figuras 6 ou 7)	---
Estabilidade Dimensional	ABNT NBR 10320 ou AATCC 150 e seca em tambor	Urdume - $\pm 7\%$	máxima
		Trama - $\pm 5\%$	

4.7. Cor

Tabela 5 – Cor padrão da colcha

COR/COMPOSIÇÃO	GANS-GRIESSER	
	Índice	Desvio Tintorial
Branca	210 \pm 10	G1

4.8. Armação

4.8.1. Modelos dos tecidos das maquetetas para as colchas brancas.

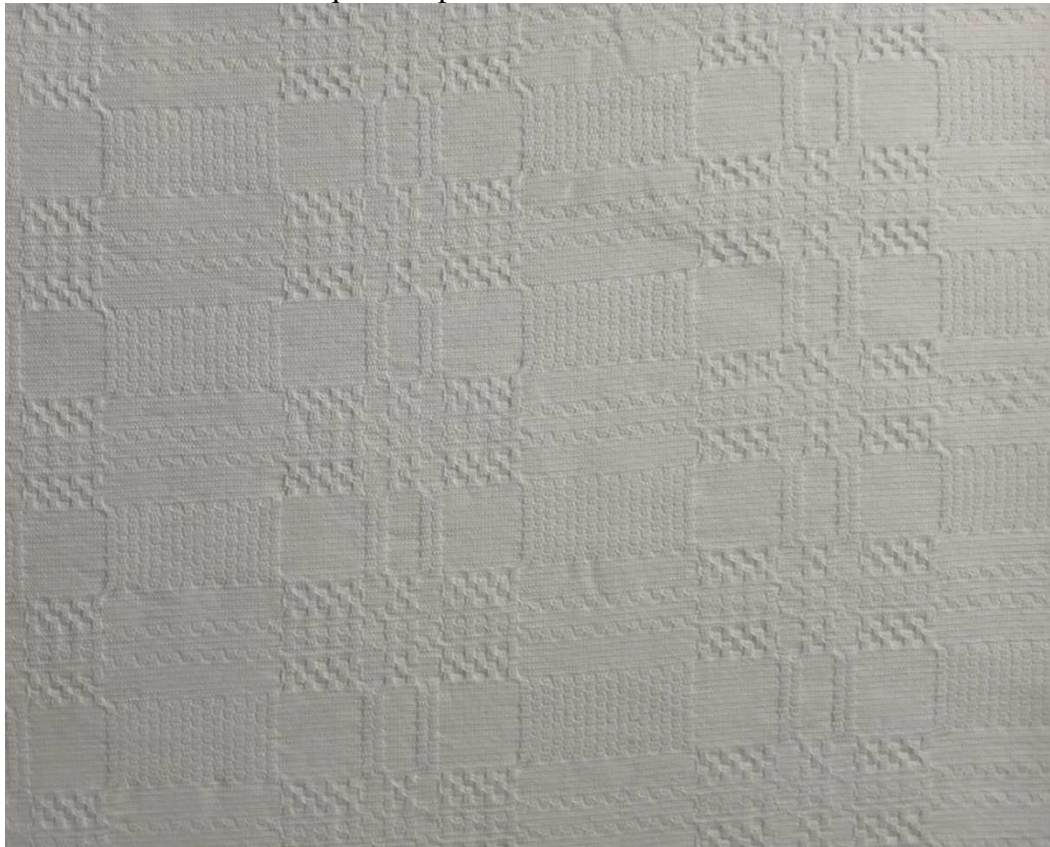


Figura 6 – Tecido Maquetado (Modelo 1)

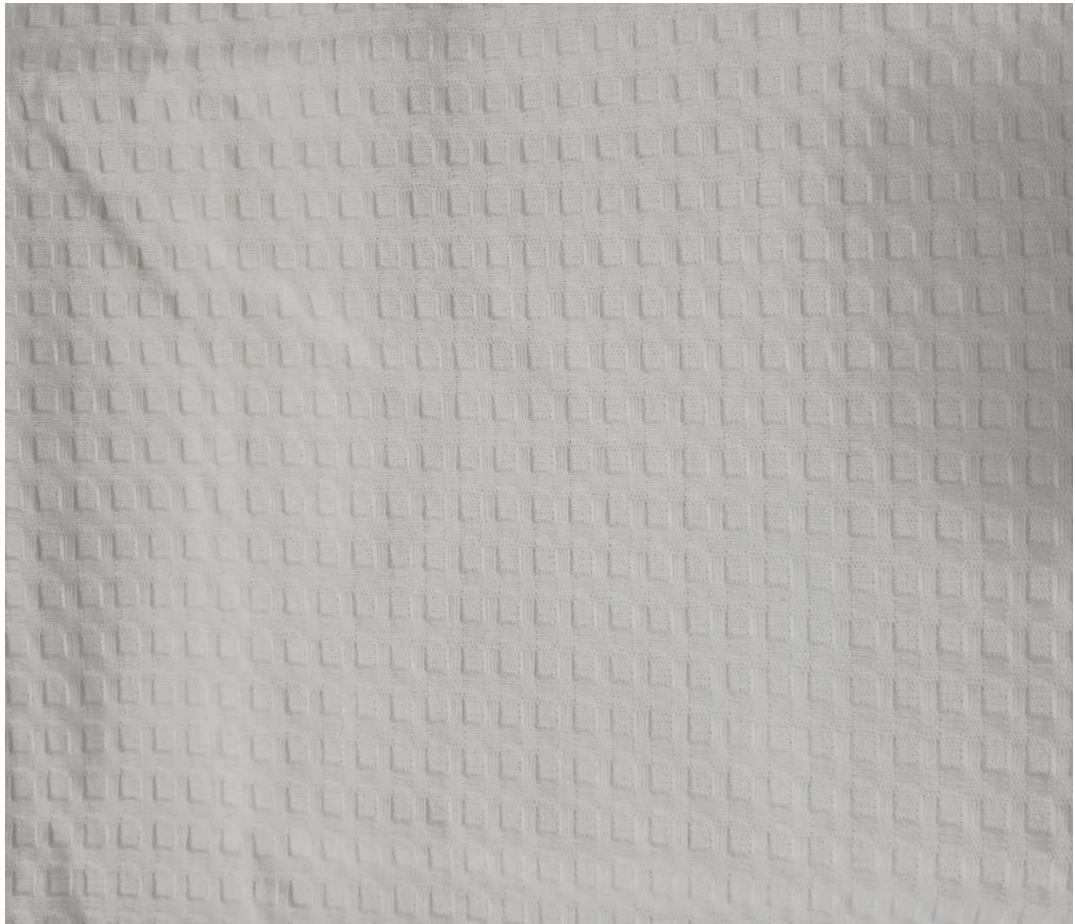


Figura 7 – Tecido Maquinetado (Modelo 2)



COBERTA VERDE PARA BELICHE

Especificação

MAR 71000/552E

27/ 08/ 2024

1. OBJETIVO

Esta especificação fixa as condições mínimas exigíveis para aceitação e recebimento da coberta verde para beliche usada na Marinha do Brasil.

2. NORMAS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

As últimas edições dos documentos abaixo listados são partes integrantes desta Norma:

AATCC 20	Análise Qualitativa de Fibras;
ABNT NBR 10591	Materiais têxteis - Determinação da gramatura de superfícies têxteis;
ABNT NBR 11914	Análise quantitativa de materiais têxteis;
ABNT NBR 13213	Linhas de costura – Determinação do número da etiqueta;
ABNT NBR 13460	Tecido de malha por trama – Determinação da estrutura;
ABNT NBR 13462	Tecido de malha por trama – Estruturas fundamentais;
ABNT NBR 13538	Materiais Têxteis – Análise qualitativa;
ASTM D 1059	Método de teste padrão de números de fios com base em amostras de curto comprimento;
MAR 71000/015A	Análise visual de artigos confeccionados;
MAR 71000/021B	Amostragem de artigo de fardamento; e
Portaria 118 Inmetro	Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Amostragem

3.1.1. Cada amostra, para efeito dos ensaios destrutivos, é constituída de 3 (três) cobertas.

3.1.2. A coleta das amostras para inspeção visual e verificação de medidas deve ser efetuada de acordo com a Norma MAR 71000/021B - Amostragem de artigos de fardamento.

Origem: Diretoria de Abastecimento da Marinha
Departamento Técnico
Divisão Técnica de Suprimentos de Intendência
Esta Norma cancela e substitui a MAR 71000/552D/2018

Palavra-chave: coberta verde

Propriedade da Marinha do Brasil

3.1.3. As medidas básicas do produto acabado devem ser verificadas pela Marinha para efeito de recebimento do lote.

3.1.4. As demais medidas apresentadas nas tabelas 2 e 3 desta especificação poderão, a critério da Marinha, após uma análise visual, incluindo-se os aspectos de simetria, funcionalidade e formato, ser verificadas para efeito de recebimento do lote.

3.2. Defeitos

3.2.1. As cobertas deverão estar isentas de defeitos, em especial, os assinalados a seguir:

- a) As cobertas não poderão apresentar defeitos de tecelagem, acabamento ou tinturaria.
- b) As costuras não poderão apresentar manchas, empelotamentos, fios corridos, franzidos ou outros defeitos que prejudiquem a sua qualidade e aspecto.

3.2.2. A avaliação dos defeitos deve ser feita de acordo com a Norma MAR 71000/015A – Análise visual de artigos confeccionados – Procedimento.

3.3. Embalagens

3.3.1. As peças devem ser embaladas em saco plástico com fechamento do tipo aba adesiva ou ziplock ou solda. Acondicionados em caixas de papelão, a fim de proporcionar proteção ao produto quando transportado.

3.3.2. Os sacos plásticos serão fabricados com resinas termoplásticas (exceto biodegradável), com espessura mínima de 0,08 mm, inodoro, atóxico e resistente.

3.3.3. As embalagens secundárias para o acondicionamento dos sacos plástico deverão ser em caixa de papelão do tipo maleta com tripla parede (folha de kraft / onda / semikraft / onda / kraft).

3.3.4. A caixa de papelão deve resistir ao empilhamento sem ruptura ou deformação, de modo a assegurar que seu conteúdo permaneça totalmente retido no seu interior ou, ainda, sem comprometimento do equilíbrio estático do empilhamento.

3.4. Aspectos visuais

3.4.1. O tecido deve apresentar superfície lisa, macia ao toque e livre de enrugamento.

3.5. Aceitação e Rejeição

3.5.1. Por ocasião do recebimento dos lotes, serão colhidas amostras, de acordo com o item 3.1.1, para análise e ensaios laboratoriais para verificar a conformidade do material recebido com o especificado nesta Norma. Caso os resultados satisfaçam as exigências, o fornecimento é aceito, em caso contrário, é rejeitado.



4. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

4.1. Descrição

As cobertas para beliche devem ser confeccionadas na cor verde-musgo, conforme instruções de montagem e costura detalhadas nas tabelas 1 e 2.

Com âncora de almirantado e inscrição “MARINHA DO BRASIL” estampadas na face direita e no centro da coberta na cor branca, conforme padrão estabelecido no item 4.7.2. Expressão “MARINHA DO BRASIL” estampada com letras medindo 6,0 cm de altura, entre dois círculos imaginários, sendo o menor com 60,0 cm de diâmetro e o maior com 75,3 cm (ver figura 3). Palavra “MARINHA” estampada com 3,0 cm acima da âncora, medindo 36,5 cm de largura total. Expressão “DO BRASIL” estampada com 3,0 cm abaixo da âncora, medindo 38,0 cm de largura total (ver figura 3). Âncora com 57,0 cm de comprimento total por 36,2 cm de largura. Anete da âncora com 10,0 cm de diâmetro externo, vazado por um furo com 5,2 cm de diâmetro. Haste e cruz da âncora, totalizando 39,3 cm de comprimento, tendo a haste 4,7 cm de largura, junto ao anete. Braços da âncora curvados para cima, terminados pelas unhas da âncora. Unhas da âncora com 14,8 cm de comprimento por 7,1 mm de largura. Cepo da âncora com 18,5 cm de comprimento por 5,0 cm de largura. Fiel da âncora com desenho semelhante à corda torcida com 2,0 cm de diâmetro. Fiel da âncora saindo pelo lado direito do anete, passando por trás do cepo, por cima da haste, contornando a haste por trás e saindo por cima do braço direito da âncora e terminando na parte inferior esquerda da cruz, junto à ponta (ver figura 2).

Borda inferior com bainha costurada com embainhador de 1,0 cm de largura (ver figura 6).

Etiqueta de identificação e conservação da peça (ver figuras 7 e 8) inserida em uma das extremidades, no lado do avesso do cobertor (ver figura 5).

4.2. Costuras

Tabela 1 – Costura

Operação	Máquina	Componentes	Linha de Costura	Bitola costura	Pontos/cm
Embainhar bordas inserir etiqueta	Ponto fixo 1 agulha	Agulha e bobina	80	1,0 cm	4,0 ± 0,5

Nota 1: A cor da linha é verde-musgo. O número da etiqueta das linhas usadas deve ser verificado de acordo com a Norma NBR 13213 – linha de costura – determinação do número da etiqueta. As linhas de costura devem ser almadas, compostas por poliéster e algodão e retorcidas a três cabos (exceto o fio de poliéster).



4.3. Layout

4.3.1. Layout do brasão

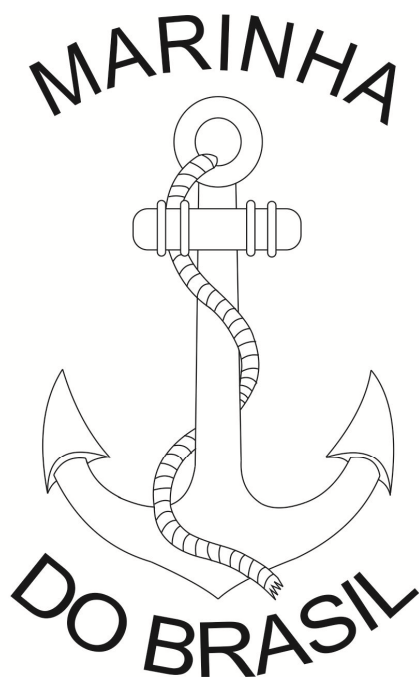


Figura 1 – Vista da estampa

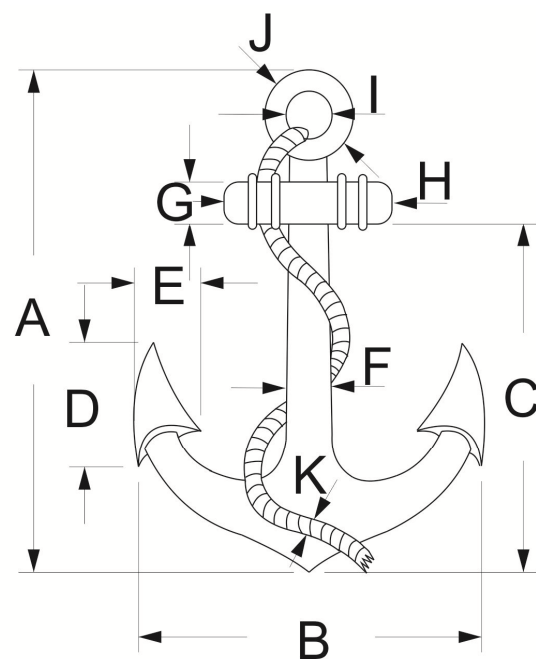


Figura 2 – Detalhes da estampa (âncora)



Figura 3 – Detalhes da estampa
(MARINHA DO BRASIL)

4.3.2. Layout da coberta

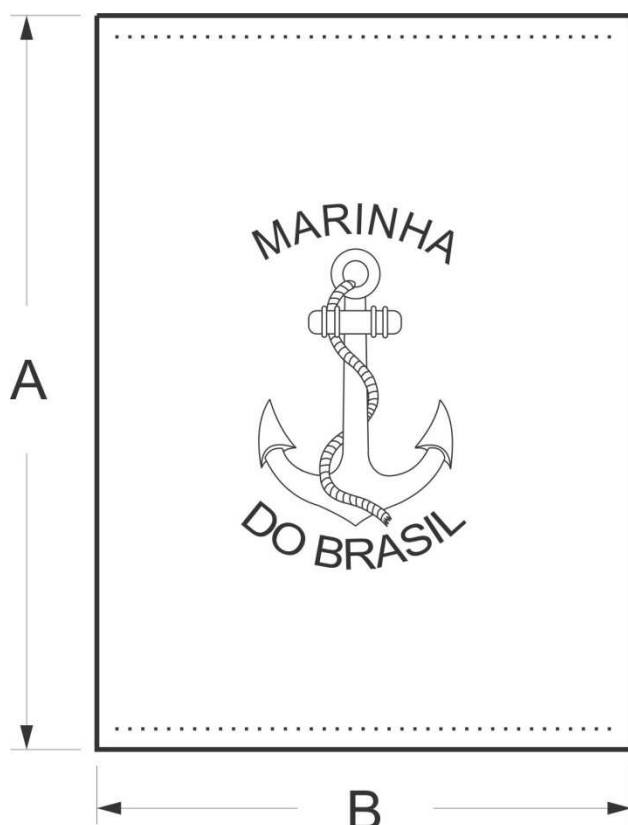


Figura 4 - Vista da coberta



Figura 5 – Vista do avesso da coberta

4.3.3. Croquis da coberta

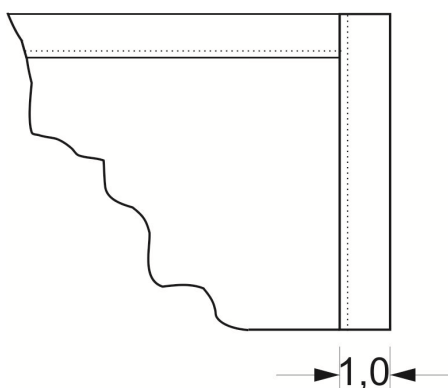


Figura 6 – Detalhes da bainha da coberta

4.4. Dimensões (medidas do produto acabado) e tolerâncias:

Tabela 2 – Medidas Básicas (Coberta)

Medidas Básicas	Tamanhos (centímetros)	Tolerância
Comprimento (A)	220,0	± 5 cm
Largura (B)	150,0	

Tabela 3 – Medidas Básicas (Brasão)

Medidas Básicas	Tamanhos (centímetros)	Tolerância
Comprimento (A)	57,0	± 1 cm
Largura (B)	36,2	
Distância (C)	39,3	
Distância (D)	14,8	
Distância (E)	7,1	
Distância (F)	4,7	
Distância (G)	5,0	
Distância (H)	18,5	
Distância (I)	5,2	
Distância (J)	10,0	
Distância (K)	2,0	
Diâmetro (ØA)	60,0	
Diâmetro (ØB)	75,3	

Nota 2: Condições para efetuar a medição correta da coberta:

Para medir, deve-se observar atentamente o posicionamento das cotas nos desenhos, pois estas determinam o ponto justo de tomada das medidas.

As medidas devem ser realizadas com trena metálica ou régua de aço graduada (preferencialmente calibrada). **NÃO USAR FITA MÉTRICA.**

As medidas de pequenas extensões e de partes internas da peça (bitolas de costura e medidas da Tabela de Medidas Básicas do brasão e da Tabela de Medidas Básicas da coberta) devem ser feitas posicionando a trena metálica ou régua de aço graduada sobre a extensão a ser medida.

As medidas de longas extensões, de contornos da peça e todas as medidas constantes da Tabela de Medidas Básicas do brasão e da Tabela de Medidas Básicas da coberta devem ser feitas estendendo, sem esticar demasiadamente, as bordas da dimensão a ser medida, posicionando cada extremidade cuidadosamente sobre a trena metálica ou régua de aço graduada.

4.5. Etiqueta

4.5.1. A etiqueta de identificação e conservação deverá ser na cor branca e ser inserida em uma das extremidades, no lado do avesso da peça, conforme exemplo abaixo:

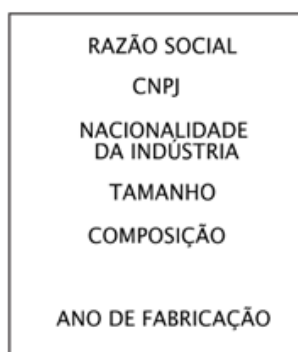


Figura 7 - Vista da frente

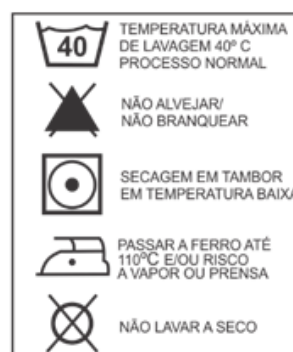


Figura 8 - Vista do verso

4.5.2. As etiquetas devem cumprir as obrigações descritas no Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis, determinadas pela Portaria nº 118, do INMETRO, de 11

de março de 2021 e os códigos de cuidados usando símbolos devem estar de acordo com a Norma ABNT NBR NM ISO 3758.

4.5.3. Os valores dos parâmetros contidos na etiqueta de identificação e instruções de conservação serão de responsabilidade do fornecedor.

4.5.4. Não deve ser aceito qualquer tipo de etiqueta adesiva ou carimbo.

4.6. Características específicas

Tabela 4 - Características do tecido

Característica	Normas	Especificação	Tolerância
Composição	AATCC 20	100% poliéster	-----
Título	ASTM D 1059	Trama e Urdume 33 X 2 Tex (30/2 Nm)	± 5%
Gramatura	NBR 10591	255,0 – 300,0 g/m ²	-----
Estrutura	NBR 13460 NBR 13462	Malha Jacquard (Malha dupla com efeitos de pontos carregados e fios de enchimento) acordo item 4.8, figura 9	-----

4.7. Cor

4.7.1. Cor da cobertura

A cor padrão da cobertura será estabelecida a partir das coordenadas da Tabela 5.

Tabela 5 – Cor padrão

COR	PANTONE	L* (D65,10°)	a* (D65,10°)	b* (D65,10°)	$\Delta E_{CMC2;1}$ máximo		
					D65,10°	A,10°	TL84,10°
Verde-musgo	18-0317TC	42,33	-10,05	12,29	1,2	2,0	2,0

4.7.2. Cor do Brasão

A cor padrão do Brasão será estabelecida a partir do PANTONE 12 – 4302TPX.

4.8. Estrutura

4.8.1. A estrutura padrão da cobertura será verificada de acordo com a Norma NBR 13460 e NBR 13462, conforme estabelecida na figura 9.



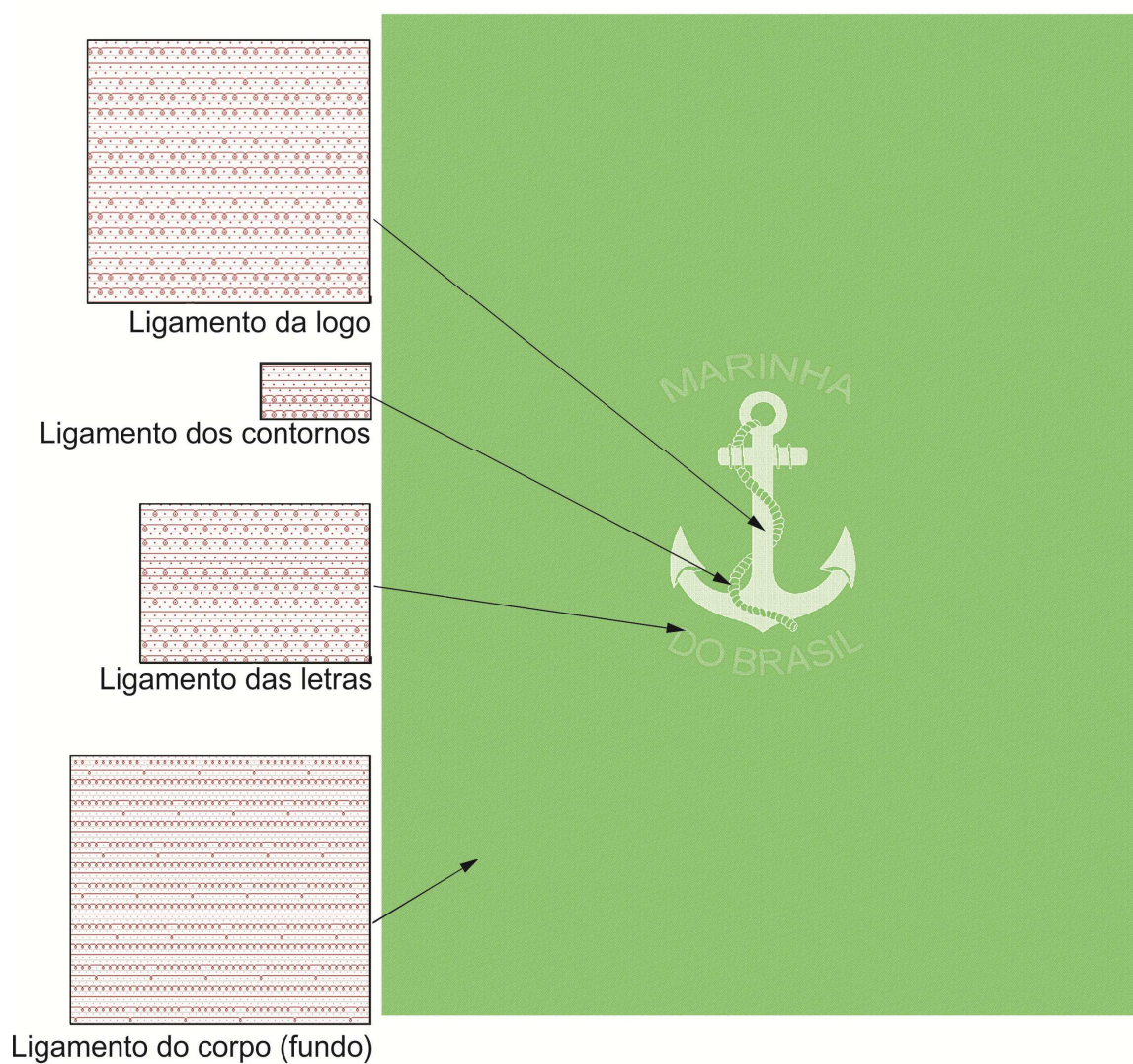


Figura 9 - Estrutura da coberta

CENTRO DE SUPRIMENTOS DO ABASTECIMENTO

Estudo Técnico Preliminar 18/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63439.000213/2026-59

2. Descrição da necessidade

A abertura de licitação para registro de preços de Roupas de Cama, nas quantidades constantes do item 7 deste documento justifica-se pela necessidade de manutenção dos níveis de estoque da cadeia de suprimentos de Material Comum do Sistema de Abastecimento da Marinha (SAbM). São armazenados e distribuídos itens dessa categoria para as diversas Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil. Com isso, visa-se garantir o desenvolvimento das atividades administrativas e operativas da MB, assim como contribuir para o preparo e emprego do Poder Naval na Segurança Nacional e defesa da Pátria, nas tarefas inerentes à Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e nas tarefas afetas à Segurança do Tráfego Aquaviário, mantendo os Meios da MB em condição de plena eficiência para cumprimento das funções Constitucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Suprimentos de Intendência	CC (IM) Rafael de Oliveira Vargas - Gerente de Suprimentos de Intendência

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****4.1 - Requisitos ao atendimento da necessidade:**

4.1.1. Os materiais a serem adquiridos deverão atender as especificações técnicas da Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM), estabelecidas em suas Normas Técnicas, bem como nas descrições constantes no subsistema Catalogação do Sistema de Informações Gerenciais do Abastecimento (SINGRA).

4.1.2. A entrega dos materiais a serem adquiridos será realizada no DepSIMRJ, localizado na Av. Brasil nº 10.500 - Olaria – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21012-350.

4.1.3. O prazo de entrega dos materiais será contado a partir da data do aceite da nota de empenho, ordem de compra ou similar pelo fornecedor, no prazo de 30 (trinta) dias.

4.2. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.2.1 A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

4.3 Soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados:

4.3.1 Como forma de identificar as soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados para a contratação dos materiais deste Estudo, o Anexo A traz um detalhamento, por item contendo os fornecedores/marcas, cujos produtos, em processos

anteriores atenderam de forma satisfatória a demanda. Tal indicação não determina que tais itens sejam adjudicados ou homologados, mas sim que eles apenas servirão como um demonstrativo do objeto pretendido.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Tendo como base a promoção da livre concorrência, comprovada após um amplo levantamento de mercado, como também as contratações anteriores da MB e de outros Órgãos, aliado ao fato dos materiais a serem contratados se tratarem de bens considerados comuns, a contratação deverá ser realizada na modalidade de licitação Pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando a sistemática do Registro de Preços.

5.2. O emprego do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra respaldo no inciso I do art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, pois o processo estabelecido para aquisição de roupas de cama exige a possibilidade de contratações frequentes.

5.3. Ressalta-se que os itens licitados são usados regularmente e, devido as suas características, não convém que sejam estocados em grande quantidade ou por longo período de tempo. Nestes casos, a adoção do SRP mostra-se a escolha mais acertada, tanto por trazer para o Órgão o benefício da economia de escala, como por possibilitar um gerenciamento mais eficiente dos estoques, dentre outras vantagens.

5.4. Em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a relativa estabilidade nas relações dos itens demandados a cada ciclo de obtenção, as Atas de Registro de Preços a serem confeccionadas deverão prever a possibilidade de renovação por 1 (um) ano, além da validade inicial, podendo permanecer válidas, caso julgado pertinente, pelo período total de até 2 (dois) anos, desde que sejam preservadas as condições de vantajosidade para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Com base nas Estimativas de Obtenção, optou-se por realizar a presente contratação na modalidade de licitação Pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando o SRP, para adquirir roupas de cama, nas especificações e quantidades constantes do Anexo C deste Estudo, respectivamente.

6.2. As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: Aquisição de roupas de cama por meio do Sistema de Registro de Preços; Adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão e Participação em Intenção de Registro de Preços em outros órgãos.

6.3. Da Análise:

6.3.1. Solução 1: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços

De modo geral, a aquisição de itens por meio de processo licitatório gera ganho econômico à Administração Pública.

Em se tratando da modalidade pregão eletrônico, esta prevê a ampla divulgação da licitação, proporcionando aos interessados a oportunidade de participarem da disputa. Além disso, acerca dos valores a serem pagos, a ampla concorrência e a disputa de lances promovida no pregão eletrônico visa a obtenção da melhor oferta. Por fim, a utilização do Sistema de Registro de Preços pressupõe que o licitante vencedor assuma o compromisso de manter o preço inalterado por um período pré-estabelecido, de acordo com as condições e quantidade estabelecidas no Edital, e a Administração pode adquirir os itens de forma parcelada de acordo com a sua demanda durante todo o período de vigência das atas de registro de preços.

Nesse sentido, a opção de aquisição dos itens por meio de Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços seria a opção mais vantajosa à Administração;

6.3.2. Solução 2: Adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão

Tal solução é prevista no § 2º, Art. 86 da Lei 14.133/2021:

"§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23

desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor."

Tendo em vista a escassez de pessoal, este Órgão não possui capacidade para deliberar ou mesmo para gerenciar possíveis solicitações de adesões de Órgãos não participantes, motivo pelo qual não será autorizado no presente processo.

6.3.3. Solução 3: Participação em Intenção de Registro de Preços em outros órgãos

A Comissão de Planejamento não encontrou Intenção de Registro de Preços vigentes que contivessem os itens em estudo, nas especificações requisitadas. Cada órgão possui particularidades quanto à quantidade, qualidade e prazos das aquisições, e, muitas vezes, as condições previstas por outras entidades podem não se alinhar adequadamente às suas necessidades. Além disso, a gestão do processo de compras exige recursos humanos qualificados para garantir o acompanhamento eficiente e a conformidade com os requisitos legais, o que pode ser dificultado pela sobrecarga de atividades e pela falta de pessoal adequado para gerenciar diferentes processos simultaneamente. Dessa forma, de acordo com este Estudo, a priorização da elaboração de uma IRP interna é a alternativa mais eficaz para assegurar a qualidade e a eficiência nas compras públicas.

6.4. Os itens a serem adquiridos por este processo de aquisição não possuem previsão no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria Seges /ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

6.5. Assim, considerando as soluções de mercado elencadas e seus respectivos elementos, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação através do Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Método e Memória de Cálculo para a estimativa das quantidades a serem contratadas

7.1.1. Os registros que serviram de fundamentação para as estimativas de quantidade constantes no Anexo B deste Estudo foram extraídos por meio da demanda histórica do Sistema Informações Gerencial do Abastecimento (SINGRA).

7.1.2. Tendo como dados concretos as quantidades solicitadas pelas OM assistidas pela Logística de Material Comum da MB, observou-se o comportamento dessas demandas em determinada moldura temporal, cabendo a esta Gerência a complexa tarefa de prever o consumo provável das OM apoiadas.

7.1.3. Para além dos fatos supramencionados, e como apoio teórico para condução dessa tarefa, existe variedade de técnicas capazes de auxiliar o gestor na estimativa de demandas futuras.

7.1.4. Devido à relativa estabilidade para os itens de material comum, a utilização de dados históricos se apresenta como método simples e eficiente para estimativa das quantidades a serem demandas. Por essa razão, quando aborda métodos de Projeção Histórica, Ballou aduz:

“Quando se dispõe de um número razoável de dados históricos e a tendência e variações sazonais nas séries de tempo são estáveis e bem definidas, a projeção desses dados no futuro pode representar uma maneira eficiente de previsão de curto prazo. A premissa básica é que o padrão de tempo futuro será uma repetição do passado, pelo menos em sua maior parte. A natureza quantitativa das séries de tempo incentiva o uso de modelos matemáticos e estatísticos como principais fontes de previsão.” (BALLOU, 2007, p. 245)

7.1.5. Com essa fundamentação estatística, foram observadas as demandas dos últimos cinco anos, tendo sido utilizada a maior demanda anual, para cada item, como base das estimativas.

7.1.6. Ballou (2007, p.247) segue na indicação de técnicas de projeção, dentre as quais a “Previsão Colaborativa” se adequa àquilo que foi desenvolvido pela equipe desta Gerência. Os membros da Cadeia de Suprimentos opinam conjuntamente, de modo a produzir um prognóstico mais exato do que aquele realizado isoladamente.

7.1.7. Superados os esclarecimentos de ordem teórica, tem-se ainda que, por melhor e mais sofisticado que seja o método eleito para apoiar na tarefa de previsão do futuro, nele estará presente certo grau de incerteza, cabendo ao gestor encontrar maneiras de mitigá-lo.

7.1.8 Tendo em vista isso, prossegue-se na demonstração das etapas seguintes para que se chegasse às quantidades estimadas:

Com base nos dados do SINGRA, definem-se a demanda estimada para o ano vigente (Demanda Anual) e a quantidade disponível em estoque (QTD_DISP) para cada item dos seguintes modos:

- **Demanda (DEM):** São extraídas as quantidades dos pedidos feitos pelas OMC durante os cinco últimos anos. A maior quantidade dentre as cinco verificadas é definida como a Demanda estimada para o ano vigente;
- **QTD_DISP:** São verificadas as quantidades disponíveis para fornecimento, ou seja, as posições de estoque;
- **QTD_PEND:** São verificadas as quantidades que as OMC manifestaram ter necessidade, mas não foram atendidas integral ou parcialmente, ou seja, as quantidades com fornecimento pendente.

Estas quantidades definem a Quantidade Necessária Estimada da seguinte maneira:

Para os itens de demandas regulares:

- Se $QTD_DISP > 2 \times (DEM + QTD_PEND)$:

O item não terá necessidade de ser estimado para a obtenção.

- Caso contrário:

A Quantidade Necessária para a obtenção = $DEM + QTD_PEND$.

Para os itens de baixa ou nenhuma demanda:

- $DEM < 5$

Quantidade Necessária = 5

- $5 < DEM < 10$

Quantidade Necessária = 10

7.1.9. Sendo assim, a quantidade a comprar deverá ser suficiente para que seja atingido o Estoque Máximo, considerando o *Lead Time* (tempo entre a emissão da solicitação da necessidade e a entrega).

7.1.10. Por entender que os itens licitados não possuem complexidade técnica na aquisição, os itens são considerados como bem comum.

7.1.11. As Estimativas de Obtenção (EO) foram inseridas no SINGRA, por este Centro de Suprimentos, e disponibilizadas ao COMRJ para que se promova a aquisição dos itens no país.

7.2 Quantidades estimadas a serem contratadas

7.2.1 O detalhamento da quantidade estimada dos materiais a serem contratados encontra-se no Anexo B deste Estudo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.179.057,53

8.1. A estimativa de preços foi realizada em consonância com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre diretrizes sobre o processo administrativo para a realização de pesquisas de preços nas aquisições de bens e contratações de serviços. Foram observados os seguintes procedimentos:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.2. Tendo em vista otimizar a estimativa de preços, foram utilizados os parâmetros I, II e III da IN nº 65 de 07 de julho de 2021, onde os preços foram obtidos por meio da ferramenta Banco de preços e ,de maneira complementar, da Internet.

8.3. Os preços obtidos, os quais subsidiaram o cálculo do valor estimado para cada material a ser contratado, encontra-se no Mapa Comparativo de Preços, Anexo C deste Estudo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto em questão tem natureza divisível, portanto, será parcelado em itens, que poderão ser adquiridos separadamente, sem prejuízo para a administração, além de proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade. Desta forma, cumpre-se o disposto no inciso V do art. 40 da Lei nº14.333/21, que prevê o parcelamento dos itens quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes em andamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº11.137, de 18 de julho de 2022, subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual (PAC) 2026.

11.2. A presente contratação também encontra-se vinculada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da Marinha do Brasil, elaborado e atualizado em conformidade com o modelo instituído pela Portaria SEGES/ME nº 5.376, de 14 de setembro de 2023, atendendo ao disposto nos arts. 6º e 7º da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 16 de julho de 2021, que estabelecem o PLS como instrumento obrigatório de governança e de planejamento das contratações e da logística institucional. O PLS, enquanto instrumento vinculado ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias, define objetivos, metas e ações voltadas à promoção da sustentabilidade nas dimensões , as quais foram econômica, ambiental e social consideradas na concepção desta contratação, em consonância com o art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e com o inciso II do §1º do art. 8º da Portaria SEGES /ME nº 8.678/2021.

11.3. A presente contratação alinha-se também com a programação orçamentária para o exercício de 2026, respeitando as diretrizes da LDO, especificamente no que tange ao fortalecimento institucional e ao equilíbrio entre despesas fixadas e a realidade orçamentária, garantindo a viabilidade financeira da contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Por meio da presente contratação, a MB busca garantir materiais com a qualidade necessária para assegurar o desenvolvimento de suas atividades administrativas e operativas, como também obter economia de escala e redução dos custos logísticos de sua Cadeia de Suprimentos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

14.2. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

15. DOS ANEXOS

15.1. Fazem parte deste Estudo Técnico Preliminar os seguintes anexos:

Anexo A - Soluções de Mercado;

Anexo B - Estimativa de Obtenção;

Anexo C - Mapa Comparativo de Preços.

Anexo D - Relatório de Pesquisa de Mercado.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se que a contratação pretendida é viável, em face das informações de planejamento acima expostas, as quais foram elaboradas em conformidade com o contido no §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SHAIRA ONEIDA GUIMARAES KHAN LUCAS

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 13:53:34.

HUGO TEIXEIRA DOS SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 13:54:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A - ETP 90098 2026 - SOLUÇÃO DE MERCADO.pdf (158.64 KB)
- Anexo II - ANEXO B ETP 90098 -2026 - ESTIMATIVAS DE OBTENÇÃO.pdf (27.55 KB)
- Anexo III - ANEXO C - MAPA COMPARATIVO.pdf (270.1 KB)
- Anexo IV - ANEXO D - RELATÓRIO DE PESQUISA DE MERCADO.pdf (4.4 MB)

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE SUPRIMENTOS DO ABASTECIMENTO
GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS DE INTENDÊNCIA

ANEXO A

SOLUÇÕES DE MERCADO QUE ATENDEM AOS REQUISITOS ESPECIFICADOS

PI	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS/FABRICANTES
190011392	1	<p>COBERTA BELICHE, COR VERDE-MUSGO PANTONE 18-0317TC, EM TECIDO</p> <p>100% POLIESTER, COMPRIMENTO 2,20 X 1,50M COM TOLERANCIA DE MAIS OU MENOS 5CM,</p> <p>ARREMATE COM BAINHA 1CM LARGURA.</p> <p>COBERTA COM A ÂNCORA DE ALMIRANTADO E INSCRIÇÃO "MARINHA DO BRASIL" ESTAMPADA</p> <p>NA FACE DIREITA E NO CENTRO DA COBERTA, ACORDO FIGURA 9.</p> <p>AS EMBALAGENS SECUNDÁRIAS PARA O ACONDICIONAMENTO DOS SACOS PLÁSTICO DEVERÃO</p> <p>SER EM CAIXA DE PAPELÃO DO TIPO MALETA COM TRIPLA PAREDE</p> <p>(FOLHA DE KRAFT / ONDA / SEMIKRAFT / ONDA / KRAFT).</p> <p>NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO O ITEM TEM QUE ESTA CONFORME ESPECIFICACAO MAR 71000/552E.</p> <p>CARACTERÍSTICA DO TECIDO QUANTO A ESTRUTURA: MALHA JACQUARD, ACORDO ESPECIFICACAO</p> <p>MAR 71000/552E TABELA 4.</p>	<p>- DOHLER S/A (COBERTA VERDE BELICHE 2,20X1,50M) - SOCIEDADE ANONIMA FABRIL SCAVONE (SCAVONE COBERTA VERDE BELICHE) - OU SIMILAR</p>
190010285	2	<p>PARA SOLTEIRO, TECIDO 100% ALGODAO, COR BRANCA, TIPO PIQUET,</p> <p>GRAMATURA MINIMA 235 G/M²,</p>	<p>- TEKA TECELAGEM KUEHN- NRICH S/A (071-7207) - TEKA TECELAGEM KUEHN- NRICH S/A (ALASKA) - COMANDO DA MARINHA (DIRETORIA DE ABASTECI-</p>

	<p>DIMENSOES: 140 X 230 CM TOLERANCIA +/-3%.</p> <p>NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO O ITEM TEM QUE ESTA CONFORME ESPECIFICACAO MAR 71000/524D.</p> <p>DETALHES DA ARMAÇÃO DO TECIDO MAQUINETADO ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/524D FIGURAS 6 OU 7.</p> <p>COM ETIQUETA ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/524D ITEM 4.5.</p> <p>ESTABILIDADE DIMENSIONAL: URDUME MAXIMO +/- 7% E TRAMA MAXIMO +/- 5%.</p>	<p>MENTO DA MARINHA) (MAR71000/524B) - OU SIMILAR</p>
--	--	--

CLOVIS TEIXEIRA DA
SILVA
JUNIOR:09420700704

Assinado de forma digital por
CLOVIS TEIXEIRA DA SILVA
JUNIOR:09420700704
Dados: 2026.05.18 14:06:16 -03'00'

CLOVIS TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
Primeiro-Sargento (PL)
Membro da Equipe de Planejamento

ESTIMATIVA DE OBTENÇÃO

ITEM	ESTIMATIVA DE OBTENÇÃO	PI	NOMENCLATURA	UF	Demanda Maior	Qtde em Pendência de Fornecimento	Qtd Disponível em Estoque	Qtd à ser Licitada
1	296094	190011392	COBERTA VERDE BELICHE	UN	12220	0	0	12220
2	296097	190010285	COLCHA BRANCA	UN	11507	0	2500	11507

CLOVIS TEIXEIRA DA SILVA
JUNIOR:09420700704

Assinado de forma digital por CLOVIS
TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR:09420700704
Dados: 2026.05.18 14:06:47 -0300'

CLOVIS TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
Primeiro-Sargento (PL)
Membro da Equipe de Planejamento

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE SUPRIMENTOS DO ABASTECIMENTO

PREGÃO 90098/2026

REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO 90140/2025

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	PI	CATMAT	NOMENCLATURA	UF	QUANTIDADE MÁXIMA	ATUALIZAÇÃO DO ÚLTIMO PREÇO	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	MÉDIA (R\$)	MEDIANA	PREÇO ESTIMADO TOTAL MÉDIA(R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO MEDIANA	DESVIO PADRÃO	Coef. Variação	MÉTODO ESTATÍSTICO A SER USADO
1	190011392	629635	COBERTA VERDE BELICHE	UN	12220	68,79	R\$ 148,00	R\$87,00	R\$ 149,99	R\$ 128,33	R\$ 148,00	R\$1.568.192,60	-	29,23601318	23%	MÉDIA
2	190010285	617740	COLCHA BRANCA	UN	11507	112,31	R\$ 115,10	R\$ 232,00	R\$ 139,99	R\$ 162,36	R\$ 139,99	-	R\$ 1.610.864,93	50,27807364	31%	MEDIANA

SHAIRA ONEIDA GUIMARAES KHAN LUCAS:12418356752

Assinado de forma digital por SHAIRA ONEIDA GUIMARAES KHAN LUCAS:12418356752
Dados: 2026.05.21 09:29:01 -03'00'

SHAIRA ONEIDA GUIMARÃES KHAN LUCAS
Capitão de Corveta (IM)
Membro da Equipe de Planejamento das Contratações

VALOR TOTAL	R\$1.568.192,60	R\$ 1.610.864,93	R\$ 3.179.057,53
-------------	-----------------	------------------	------------------

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE SUPRIMENTOS DO ABASTECIMENTO

RELATÓRIO DA PESQUISA DE MERCADO

PREGÃO 90.098/2026

1. PROPÓSITO

Discorrer acerca dos procedimentos administrativos empregados na pesquisa de preços, conforme Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 do Ministério da Economia, para aquisição de roupas de cama, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.

2. DO PARÂMETRO EMPREGADO NA PESQUISA

O presente relatório foi elaborado em conformidade com os arts. 23 e 24 da Lei nº14.133/2021, bem como com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que disciplinam o procedimento administrativo de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Federal.

Em virtude das especificidades do objeto, foi utilizada prioritariamente a ferramenta Banco de Preços e, subsidiariamente, a pesquisa na INTERNET, em conformidade com os inc. I, II e III do art. 5º da IN supramencionada.

A adoção da referida ferramenta justifica-se pela necessidade de conferir maior celeridade e eficiência ao processo de cotação, considerando o volume de itens licitados anualmente pela Gerência de Compras do CSUpAb, contribuindo para mitigar riscos de desabastecimento das Organizações Militares da Marinha do Brasil.

Adicionalmente, a ferramenta permite consultas a diversos bancos de dados públicos, incluindo o Painel de Preços e contratações similares realizadas pela Administração Pública, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”

Em observância ao disposto no subitem 9.2.3.4 do Acórdão nº 781/2006 do Tribunal de Contas da União, registra-se a metodologia adotada para a definição do orçamento estimado, garantindo transparência e rastreabilidade dos critérios utilizados.

Com relação aos valores considerados no Mapa Comparativo de Preços, utilizou-se como parâmetro a média ou a mediana, de acordo com o coeficiente de variação. Quando o coeficiente de variação apresenta percentual igual ou inferior a 25%, utiliza-se a média como critério de definição do valor de mercado. Se for superior a 25%, utiliza-se a mediana como critério de definição do preço. O mapa comparativo de preços, bem como os valores obtidos, encontram-se anexos ao final deste relatório.

A metodologia adotada contribui para a mitigação de riscos de sobrepreço e superfaturamento, assegurando que o valor estimado da contratação reflita, de forma fidedigna, os preços praticados no mercado. Ressalta-se, ainda, que o presente processo abrangeu um total de 2 (dois) PI (códigos internos de gerenciamento de material, que correspondem à nomenclatura dos itens no Sistema de Abastecimento da Marinha - SAbM).

O critério de julgamento das propostas no certame será o de menor preço por item, em conformidade com a

legislação vigente.

As propostas obtidas foram submetidas à análise crítica quanto à sua conformidade técnica, exequibilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado, não sendo verificados indícios de sobrepreço ou inexecuibilidade.

Dessa forma, considerando as limitações de mercado e a natureza específica dos itens, entende-se que as cotações obtidas são suficientes para a formação do preço estimado, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021 e normativos correlatos.

Tratando-se dos preços de pregões anteriores, que constam no Mapa Comparativo, o mesmo se utiliza do preço registrado em licitações realizadas pelo COMRJ e disponíveis no Sistema de Informações Gerenciais do Abastecimento – SINGRA.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia aplicada atende integralmente à IN SEGES/ME nº 65/2021, com observação dos princípios da economicidade, transparência e vantajosidade. O valor total estimado da contratação, considerando todos os itens constantes do Mapa Comparativo de Preços, é de R\$ 3.179.057,53 (três milhões, cento e setenta e nove mil cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

ANEXOS DESTE RELATÓRIO:

Anexo I – Mapa Comparativo de Preços;

Anexo II – Relatório da pesquisa realizada no Banco de Preços; e

Anexo III – Pesquisa de Preços da internet.

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

SHAIRA ONEIDA
GUIMARAES KHAN
LUCAS:124183567
52

Assinado de forma digital
por SHAIRA ONEIDA
GUIMARAES KHAN
LUCAS:12418356752
Dados: 2026.05.20 14:42:28
-03'00'

SHAIRA ONEIDA GUIMARÃES KHAN LUCAS
Capitão de Corveta (IM)
Membro da Equipe de Planejamento



Relatório de Cotação: PR-EL 90098/2026 REPUBLICAÇÃO DO PR 90140 - ROUPA DE CAMA

Pesquisa realizada entre 19/05/2026 10:06:55 e 19/05/2026 13:47:38

Relatório gerado no dia 19/05/2026 14:11:12 (IP: 200.255.133.235)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: COBERTA VERDE BELICHE

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
2 / 2	12.220	R\$ 117,50 (un)	-	R\$ 117,50	52%	R\$ 1.435.850,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Homologação	Preço
1	01.612.155/0001-41 - MUNICIPIO DE SOORETAMA / 01612155000141-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA	01612155000141-1-000025/2026	05/03/2026	R\$ 148,00
2	08.085.417/0001-06 - MUNICIPIO DE SAO RAFAEL / 08085417000106 - MUNICIPIO DE SÃO RAFAEL	08085417000106-1-000004/2026	21/01/2026	R\$ 87,00
Valor Unitário				R\$ 117,50

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 117,50

Média dos Preços Obtidos: R\$ 117,50

Item 2: COLCHA BRANCA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 0	11.507	R\$ 115,10 (un)	-	R\$ 115,10	48%	R\$ 1.324.455,70

Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	ZELO	Anexo 1	19/05/2026 13:32:44	R\$ 115,10
Valor Unitário				R\$ 115,10

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 115,10

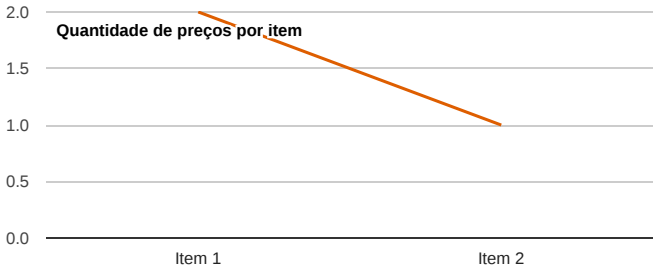
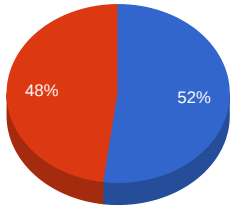
Média dos Preços Obtidos: R\$ 115,10

Valor Global: R\$ 2.760.305,70



Valor do item em relação ao total

- 1) COBERTA VERDE...
- 2) COLCHA BRANCA



Detalhamento dos Itens

Item 1: COBERTA VERDE BELICHE			
Preço Estimado: R\$ 117,50 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 117,50	Média dos Preços Obtidos: R\$ 117,50

Quantidade	Descrição	Observação
12.220 Unidades	COBERTA BELICHE, COR VERDE-MUSGO PANTONE 18-0317TC, EM TECIDO 100% POLIESTER, COMPRIMENTO 2,20 X 1,50 M COM TOLERANCIA DE MAIS OU MENOS 5CM, ARREMATE COM BAINHA 1CM LARGURA. COBERTA COM A ÂNCORA D E ALMIRANTADO E INSCRIÇÃO "MARINHA DO BRASIL" ESTAMPADA NA FACE DIREITA E NO CENTRO DA COBERTA, AC ORDO FIGURA 9. AS EMBALAGENS SECUNDÁRIAS PARA O ACONDICIONAMENTO DOS SACOS PLÁSTICO DEVERÃO SE R EM CAIXA DE PAPELÃO DO TIPO MALETA COM TRIPLA PAREDE (FOLHA DE KRAFT / ONDA / SEMIKRAFT / ONDA / KR AFT). NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO O ITEM TEM QUE ESTA CONFORME ESPECIFICACAO MAR 71000/552E. CARACTERÍST ICA DO TECIDO QUANTO A ESTRUTURA: MALHA JACQUARD, ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/552E TABELA 4.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 148,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 01.612.155/0001-41	Data: 05/03/2026 00:00
Órgão: MUNICIPIO DE SOORETAMA / 01612155000141-001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA	Modalidade: Dispensa
Objeto: O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o procedimento de DISPENSA EMERGENCIAL com fulcro no Art. 75, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21 objetivando a Contratação de Empresa Especializada Visando à Aquisição de Colchões, Jogos de Lençol, Cobertores e Travesseiros, nas condições, especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência, conforme a solução selecionada na análise das alternativas disponíveis no mercado realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).	SRP: NÃO
Descrição: COBERTOR MANTA COBERTA SOLTEIRO FOFINHA 2,20 X 1,50 - COBERTOR MANTA COBERTA SOLTEIRO FOFINHA 2,20 X 1,50	Identificação: 01612155000141-1-000025/2026
Fonte: https://pncp.gov.br/app/editais/01612155000141/2026/25	Lote/Item: 1/1
	Ata: N/A
	Homologação: 05/03/2026 00:00
	Quantidade: 70
	Unidade: UNIDADE
	UF: ES

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
56.052.904/0001-15	KR ATACADISTA E DISTRIBUIDOR LTDA	R\$ 148,00
VENCEDOR		
Endereço:		
,		

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 87,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)



CNPJ: 08.085.417/0001-06

Órgão: MUNICIPIO DE SAO RAFAEL / 08085417000106 - MUNICIPIO DE SÃO RAFAEL

Objeto: Compra de lençóis 100% algodão, para atender às demandas do Hospital Municipal de São Rafael.

Descrição: Lençol 100% algodão 2,20 x 1,80 com logomarca do município estampada. - Lençol 100% algodão 2,20 x 1,80 com logomarca do município estampada.

Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/08085417000106/2026/4>

Data: 12/01/2026 18:52

Modalidade: Dispensa

SRP: SIM

Identificação: 08085417000106-1-000004/2026

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 21/01/2026 00:00

Quantidade: 500

Unidade: UND

UF: RN

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
46.793.198/0001-09 *VENCEDOR*	46.793.198 JULIO CESAR FREITAS DE ARAUJO	R\$ 87,00
Endereço:		
,		

Item 2: COLCHA BRANCA

Preço Estimado: R\$ 115,10 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R\$ 115,10 **Média dos Preços Obtidos:** R\$ 115,10

Quantidade	Descrição	Observação
11.507 Unidades	PARA SOLTEIRO, TECIDO 100% ALGODAO, COR BRANCA, TIPO PIQUET, GRAMATURA MINIMA 235 G/M², DIMENSOES: 14 0 X 230 CM TOLERANCIA +/-3%. NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO O ITEM TEM QUE ESTA CONFORME ESPECIFICACAO MAR 71000/524D. DETALHES DA ARMAÇÃO DO TECIDO MAQUINETADO ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/524D FIGURAS 6 OU 7. COM ETIQUETA ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/524D ITEM 4.5. ESTABILIDADE DIMENSIONAL: URDUME MAXIMO +/- 7% E TRAMA MAXIMO +/- 5%.	

Preço Site de Domínio Amplo 1 **R\$ 115,10**
Inc. III Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Site: ZELO

Produto: Colcha Zelo Classic Piquet Favo

Descrição: Anexo 1

Data/Hora Inclusão: 19/05/2026 13:32:44

CNPJ:

Telefone:

Url: <https://www.zelo.com.br/colcha-zelo-classic-piquet-favo-solteiro-100-algodao-p1009613?pp=/44.2609/&tsid=17&srsltid=AfmBOoq93lW-BCguCX7rI8f4XQqokSSNfVp0EohV88W9uPC6fzwUh-yBz0c>





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://pncp.gov.br/app/>

Data: 19/05/2026 10:13:44

Acessar a fonte [aqui](#)

Fontes de domínio amplo:

1 - ZELO

www.zelo.com.br

Data: 19/05/2026 13:32:44

Acesse a fonte [aqui](#)



Relatório gerado no dia 19/05/2026 14:11:12 (IP: 200.255.133.235)

Código Validação: v8MfVGyey64clBvPbBa6vwto3wA9YgrNL%2bP3IKg4V4qHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=v8MfVGyey64clBvPbBa6vwto3wA9YgrNL%252bP3IKg4V4qHU8nPtm6WA%253d%253d>

Anexo 1

FRETE GRÁTIS SP, RJ E MG - COMPRAS ACIMA DE R\$ 350

Blog

ZELO

O que você procura?

Lista de Casamento

Nossas Lojas

VER TODAS

CAMA

MESA

BANHO





ESPECIAL KITS

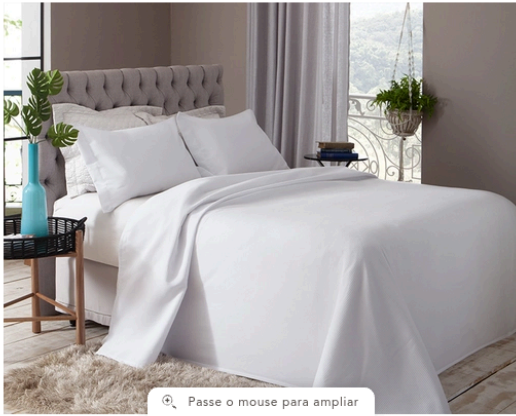
TRAVESSEIROS

KIDS


CASA & DECORAÇÃO


OUTLET





ZELO

 1.60X2.40m

 100% Algodão

Características:

- Medidas: 1.60X2.40m

- 100% Algodão

- Não acompanha porta travesseiros

- Marca: Zelo

Obs: Foto Ilustrativa.

Home > Cama quarto > Matelassê-colcha > Solteiro > Colcha zelo classic piquet favo solteiro - 100% algodão

Colcha Zelo Classic Piquet Favo Solteiro - 100% Algodão




R\$ 115,10 no PIX

ou

R\$ 119,90 no cartão

em até 5x de R\$ 23,98 sem juros

SELECIONE A COR: Branco



ESCOLHA O TAMANHO: Solteiro

KING

QUEEN

CASAL

SOLTEIRO

-

1

+

ADICIONAR AO CARRINHO

FRETE E PRAZO

Digite seu CEP

OK

Não sabe? Descubra seu CEP


ADICIONAR À LISTA DE PRESENTES


OPÇÕES DE PAGAMENTO

★★★★★ (0)

Compre Também

novidade





Par de Porta Travesseiros 0.50x0.70m Chamonix - Beca Decor


R\$ 47,90 no PIX


ou

R\$ 49,90 no cartão

em até 2x de R\$ 24,95 sem juros

novidade





Fronha Zelo Select Jacquard para Travesseiro 0.50x1.35m - Percal 400 Fios - Toque Acetinado


R\$ 143,90 no PIX


ou

R\$ 149,90 no cartão

em até 6x de R\$ 24,98 sem juros

novidade






Fronha Zelo Select Jacquard para Travesseiro 0.50x0.90m - Percal 400 Fios - Toque Acetinado


R\$ 115,10 no PIX

ou

R\$ 119,90 no cartão

em até 5x de R\$ 23,98 sem juros





Colcha Matelassê Le Mans Solteiro - Beca Decor

R\$ 115,10 no PIX

ou

R\$ 119,90 no cartão

em até 5x de R\$ 23,98 sem juros

Cupom de PRIMEIRA COMPRA cadastre-se na News e receba no e-mail!



Inserir minha localização



Portal do Lojista



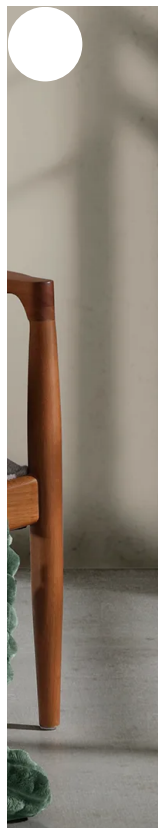
O que você está procurando



0

Coleção Aconchego Ofertas Imperdíveis

Banho Cama Mesa Artesanato Infantil Cortinas Decoração Times de Futebol



Lançamento



Cobertor Solteiro Döhler Eva Branco Microfibrã

Avaliações

(0) [Clique e veja!](#)

R\$ 149,99

ou 7x de R\$ 21,42 sem juros

Tamanho

Solteiro

Solteiro

Cor

Branco



Branco



ADICIONAR À SACOLA



10% OFF na primeira compra

BEMVINDO10

COPIAR CUPOM



Válido apenas para primeira compra, neste pr

Controle sua privacidade

AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Usamos cookies para compartilhar dados de análise, publicidade, dados de usuários e personalização de anúncios com o Google.

[Política de Privacidade](#) - [Formulário LGPD](#)

[Minhas opções](#)

Rejeitar

Aceitar



Descrição

Cobertor Solteiro Döhler Eva Branco Microfibr: O Máximo de Conforto e Aconchego!O Cobertor Solteiro Döhler Eva é a escolha perfeita para quem busca noites de sono mais quentes e extremamente confortá...

Ver mais ▼

Calcular Frete

OK



Frete **Grátis**
*Confira condições



Parcelamos em
até 10x
Sem juros



Não sei meu CEP
5% OFF no PIX
Sem pedido mínimo



Compra **segura**
Verificados pelo selo RA100

Descrição do Produto

Cobertor Solteiro Döhler Eva Branco Microfibr: O Máximo de Conforto e Aconchego!

O Cobertor Solteiro Döhler Eva é a escolha perfeita para quem busca noites de sono mais quentes e extremamente confortáveis. Com um design moderno e textura diferenciada, ele não apenas aquece, mas também decora o ambiente com sofisticação e suavidade. Sua cor branca traz uma sensação de pureza e frescor, combinando facilmente com qualquer jogo de cama.

Confeccionado em microfibr flanelada 100% poliéster, o cobertor Eva se destaca pelo seu toque extremamente macio e aveludado, proporcionando um acolhimento imediato. A superfície texturizada confere um visual elegante e contemporâneo à peça, elevando o padrão de conforto do seu dormitório. Com uma gramatura de 350 g/m², ele oferece o peso ideal para garantir o aquecimento necessário sem perder a leveza e a praticidade.

Com dimensões generosas para um caimento impecável em camas de solteiro, unindo a durabilidade da fibra sintética com a tecnologia de microfibr.

Características

- Material: Microfibr flanelada 100% poliéster.
- Gramatura: 350 g/m².
- Acabamento: Bordado decorativo.
- Dimensões: 1,80 m x 2,40 m, ideal para camas de solteiro;
- Cor: Branco: Visual clean, atemporal e fácil de combinar.

manho generoso para um caimento impecável em dormitórios, unindo a durabilidade da fibra sintética com

macio e aconchegante;
corpo r corporal com conforto;
à decoração;

Controle sua privacidade

AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Usamos cookies para compartilhar dados de análise, publicidade, dados de usuários e personalização de anúncios com o Google.

[Política de Privacidade](#) - [Formulário LGPD](#)

[Minhas opções](#)

Rejeitar

Aceitar

Instruções de Uso e Conservação:

Para preservar a maciez e a qualidade do seu Cobertor Eva, siga estas recomendações:

- Higienização: Realizar a higienização do produto antes de utilizar;
- Lavagem: Lavar em processo suave da máquina, com temperatura máxima de 30°C;
- Produtos Químicos: Proibido usar alvejante e lavagem a seco;
- Secagem: Não secar em tambor (máquina secadora);
- Passar a Ferro: Se necessário, passar a ferro em temperatura máxima de 110°C, sem vapor.

Embalagem Composta por:

- 01 (um) Cobertor Solteiro Döhler Eva Branco Microfibra de 1,80 m x 2,40 m.

Enquanto este produto aguarda avaliações,
aproveite para conferir a **nota da loja**:

Dohler

4.5 / 5

★★★★★ (768)

5 ☆

4 ☆

3 ☆

2 ☆

1 ☆

Com base em avaliações dos últimos 6 meses.

★ Avaliações confiáveis do **ReclameAQUI**

Controle sua privacidade

AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Usamos cookies para compartilhar dados de análise, publicidade, dados de usuários e personalização de anúncios com o Google.

[Política de Privacidade](#) - [Formulário LGPD](#)

[Minhas opções](#)

Rejeitar

Aceitar



Respostas

Ainda não há perguntas sobre o produto, que tal fazer a primeira?

Pergunte aqui e iremos te responder!

Escreva uma pergunta

Enviar pergunta

Controle sua privacidade

AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Usamos cookies para compartilhar dados de análise, publicidade, dados de usuários e personalização de anúncios com o Google.

[Política de Privacidade](#) - [Formulário LGPD](#)

[Minhas opções](#)

Rejeitar

Aceitar



Controle sua privacidade

AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Usamos cookies para compartilhar dados de análise, publicidade, dados de usuários e personalização de anúncios com o Google.

[Política de Privacidade](#) - [Formulário LGPD](#)

[Minhas opções](#)

Rejeitar

Aceitar



SAC Televendas

(21)3489-3984

(21)96745-4513

Nossas lojas

Meus pedidos

Meu cadastro

MENU

CATRAN
100 Anos



Pesquise por colchas, travesseiros.



**FRETE GRÁTIS PARA AS REGIÕES
SUL, SUDESTE e CENTRO OESTE**
NAS COMPRAS ACIMA DE R\$ **299,00**



7 L
NO

HOME / CAMA SOLTEIRO / COLCHA E COBRE LEITO SOLTEIRO



especialista em
Pode ajudar?

0 de 5

(0) [Clique e veja!](#)

Colcha Solteiro In Design - Buddemeyer

REF.: 184780460017

Veja mais produtos da marca [Buddemeyer](#)

[Ganhe um brinde! - Confira as regras](#)



De **R\$ 232,00**

Por **R\$ 220,40**

à vista com **5%** de desconto no boleto/pix



R\$ 232,00

no cartão em até **7x** de **R\$ 33,14**

Cor Branca



-	1	+
---	---	---

Comprar

adicionar e continuar comprando

Consultar prazo e frete

00000-000

ok

APROVEITE, APENAS 3 PEÇAS EM ESTOQUE

DESCRIÇÃO



Produzida em tecido maquinado 100% algodão penteado. A coleção In Design da Buddemeyer tem design sofisticado. Trabalho em elegante estilo geométrico conferindo um toque moderno e sofisticado. Um produto versátil que pode ser utilizado como colcha mas também como manta e para decoração. Possui acabamento todo em franja que inspira modernidade e sofisticação. Produto pré-lavado e pré-encolhido, conferindo durabilidade e maciez. Sua característica lisa a torna perfeita para coordenar e harmonizar a decoração de qualquer ambiente. A Buddemeyer é referência em qualidade e estilo. Foto meramente ilustrativa.

Contém:

especialista em
Posso ajudar!



1 colcha 160x230cm

DICAS & CUIDADOS BUDDEMEYER


- Lavar antes de usar;
- Cores escuras devem ser lavadas separadas das cores claras;
- Lavar em água fria ou em temperatura de até 60°C;
- O melhor sabão para manter as características do produto é o de coco ou neutro;
- Não colocar sabão diretamente no produto;
- Evite alvejantes e quaisquer produtos a base de cloro, eles atacam o corante dos tecidos;
- Não exagere no uso de sabão em pó e use pouco amaciante;
- Permite secadora em temperatura baixa;
- Temperatura máxima da base do ferro 110°C;
- Não usar ferro a vapor;
- Não lavar a seco.

Dicas de conservação Catran:

- Siga sempre as instruções de lavagem e conservação dispostas na etiqueta ou embalagem do produto.

QUEM COMPRA ESTE ITEM TAMBÉM SE INTERESSA POR



especialista em
Posso ajudar!




(0)

Jogo de Cama Solteiro 300 Fios Filipo -
Marken Fassi

R\$ 659,00

ou R\$ 626,05 à vista com **5%** de
desconto no boleto/pix

em até **10x** de **R\$ 65,90** no cartão



(0)

Jogo de Cama Solteiro Malha Abel - Catran

R\$ 239,00

ou R\$ 227,05 à vista com **5%** de
desconto no boleto/pix

em até **7x** de **R\$ 34,14** no cartão

Fale conosco
especialista em
Posso ajudar!





(0)

Jogo de Cama Solteiro 200 Fios Ayse - Kacyumara

R\$ 319,00

ou R\$ 303,05 à vista com **5%** de desconto no boleto/pix

em até **10x** de **R\$ 31,90** no cartão

OPINIÃO DE QUEM JÁ COMPROU




Enquanto este produto aguarda avaliações,
aproveite para conferir **a nota da loja:**

Catran

5 / 5

★★★★★ (95)

- 5 ☆
- 4 ☆
- 3 ☆
- 2 ☆
- 1 ☆

especialista em
Posso ajudar! 

Com base em avaliações dos últimos 6 meses.



Avaliações confiáveis do **ReclameAQUI**

Perguntas e respostas


Ainda não há perguntas sobre o produto, que tal fazer a primeira?

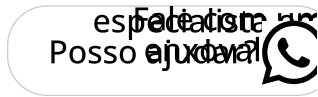
PERGUNTE AQUI E IREMOS TE RESPONDER!


Escreva uma pergunta

Enviar pergunta

ÚLTIMOS VISITADOS


Fale conosco
especialista em
Posso ajudar!




 comprar



4.9

Fale conosco
especialista em
Posso ajudar!




[Início](#) > [Colchas](#) > [Solteiro](#) > Colcha piquet Golden Branca Solteiro 180x250 - TH

Colcha piquet Golden Branca Solteiro 180x250 - TH

R\$139,99

R\$132.99 com Pix (5% OFF)



Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para agilizar a sua experiência de compra.

ENTENDI

5% de desconto pagando com Pix

[Ver mais detalhes](#)

Condições especiais de frete esperando por você! **Clique aqui** e saiba mais



Adicionar aos Favoritos



1



COMPRAR



Meios de envio

Seu CEP

CALCULAR

[Não sei meu CEP](#)

Descrição

A Colcha Piquet Golden é a escolha perfeita para quem busca unir a **elegância** clássica do tecido piquet com a **resistência** e **durabilidade** de um produto de padrão profissional.

Originalmente desenvolvida para a **Hotelaria** (Hotéis, Pousadas, Hospitais), ela é ideal tanto para renovar o enxoval de estabelecimentos quanto para trazer a qualidade e o conforto de um produto superior para a sua casa.

Destaques e Benefícios:

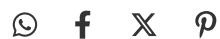
- **Tecido Piquet (Favo):** Conhecido pelo seu relevo sutil e textura agradável, o piquet oferece um caimento impecável, toque macio e um visual sofisticado.
- **Composição Ideal (70% Algodão | 30% Poliéster):** Essa mistura equilibra o **conforto** natural e a respirabilidade do algodão com a **alta resistência**, menor propensão a amassados e maior vida útil do poliéster.
- **Durabilidade Superior:** Com gramatura de 195g/m², é leve, mas firme, e é projetada para suportar processos de **lavagem industrial** sem perder suas propriedades ou qualidade.
- **Produto Profissional:** Uma colcha feita para resistir ao uso intensivo, garantindo excelente **custo-benefício**.

Composição : 70% Algodão | 30% Poliéster



Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para agilizar a sua experiência de compra.

ENTENDI



Produtos similares



DEPARTAMENTOS



Amenities

Colchão

Colchas



Mantas

Roupões

Protetores

Toalhas

Travesseiros

Outlet

INSTITUCIONAL



Quem Somos

Política de Privacidade

Trocas e Devoluções

Pagamento e Envio

Rastreio e Entrega

Termos de Uso

ENTRE EM CONTATO



5511993959305

(11) 99395-9305

atendimento@tudoparahotel.com.br

R. José Pereira de Carvalho, 75 São Paulo - SP - CEP 05337-090

NEWSLETTER

Cadastre seu e-mail...

ENVIAR

ATENÇÃO AOS GOLPES!

Qualquer solicitação de pagamento que não seja em nome de
TudoparaHotel,



Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para agilizar a sua experiência de compra.

ENTENDI

Meios de pagamento



Meios de envio



Copyright Tudoparahotel Comércio LTDA - 40033051000134 - 2026. Todos os direitos reservados.

criado com  **nuvemshop**
next



Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para agilizar a sua experiência de compra.

ENTENDI

CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ

Ata de Registro de Preços 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	771300-CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ	TAMIRYS PATROCA DOS SANTOS	27/05/2026 13:53 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63439.000213/2026-59

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA MARINHA

CENTRO DE OBTENÇÃO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.098/2026

(Processo Administrativo nº 63439.000213/2026-59)

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro, com sede na Avenida Brasil, nº10.500, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/0342-00, neste ato representado pelo Vice-Diretor, Capitão de Fragata, [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90.098/2026, publicada no de /...../202....., processo administrativo nº 63439.000213/2026-59, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de roupas de cama, especificadas no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 33/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos

orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os

licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.8 Não há órgão/entidade participante, nem será admitida a adesão.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEFFERSON GOMES DE CARVALHO MUNIZ

Autoridade competente

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA NO RJ

PREGAO 90098/2026

MODELO DE PROPOSTA

Versão 2.2

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL	*		
CNPJ	*	CODEMP	*
ENDEREÇO	*		
TELEFONE	*	FAX	*
		E-MAIL	*

Solicitamos apresentar proposta para o fornecimento do material abaixo discriminado, observadas as condições gerais mencionadas no edital. Para maiores informações ligar para o tel. -
 Esclarecemos que a proposta deverá ser entregue à comissão de licitação até o dia / /
 às : horas, no seguinte endereço AV. BRASIL, 10500 - OLARIA - RJ

GERENTE	GERÊNCIA
BRYAN SOUTO MARTINS ANTUNES	GERENCIA DE MATERIAL COMUM

ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE	NOMENCLATURA	U.F.	QT.	PRAZO ENTREGA	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	190011392	COBERTA VERDE BELICHE	UN	12220	*	*	
<p>COBERTA BELICHE, COR VERDE-MUSGO PANTONE 18-0317TC, EM TECIDO 100% POLIESTER, COMPRIMENTO 2,20 X 1,50M COM TOLERANCIA DE MAIS OU MENOS 5CM, ARREMATE COM BAINHA 1CM LARGURA.</p> <p>COBERTA COM A ANCORA DE ALMIRANTADO E INSCRICAO "MARINHA DO BRASIL" ESTAMPADA NA FACE DIREITA E NO CENTRO DA COBERTA, ACORDO FIGURA 9.</p> <p>AS EMBALAGENS SECUNDARIAS PARA O ACONDICIONAMENTO DOS SACOS PLASTICO DEVERAO SER EM CAIXA DE PAPELÃO DO TIPO MALETA COM TRIPLA PAREDE (FOLHA DE KRAFT / ONDA / SEMIKRAFT / ONDA / KRAFT).</p> <p>NO ATO DA HOMOLOGACAO O ITEM TEM QUE ESTA CONFORME ESPECIFICACAO MAR 71000/552E. CARACTERISTICA DO TECIDO QUANTO A ESTRUTURA: MALHA JACQUARD, ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/552E TABELA 4.</p>							
LOCAL DE ENTREGA		CAM: 5670 - DepSIMRJ - Material Comum AV. BRASIL, 10500					
	MRC	DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA	RESPOSTA DECODIFICADA				
	BQRM	COMPRIMENTO ACABADO	213.4 CENTIMETERS MINIMUM .and.				
	BQRP	DISPONIBILIDADE	NONDISPOSABLE				
	CLQL	NAME,COLLOQUIAL	COBERTA VERDE BELICHE				
	HUES	COR	GREEN, DARK				
	FEAT	RECURSOS ESPECIAIS	ESPESSURA MINIMA 0,59				
	NAME	ITEM NAME	BEDSPREAD				
	AKKK	PESO DO PANO	180.5 GRAMS PER SQUARE METER				
	ABGL	LARGURA	145.5 CENTIMETERS MINIMUM .and.				
	AJND	PADRÃO DO TECIDO	SOLID				
	-----	-----	-----				
(*)	RAZÃO SOCIAL	EMAIL	CODEMP	REFERÊNCIA			
	DOHLER S/A	dohler@dohler.com.br	008KK	COBERTA VERDE BELICHE 2,20X1,50M			
	SOCIEDADE ANONIMA FABRIL	fcbrasil@mls.com.br	#P452	SCAVONE COBERTA VERDE BELICHE			

MARCA				
<<Preencha aqui uma marca, se houver>>				
2	190010285	COLCHA BRANCA	UN	11507 * *
PARA SOLTEIRO, TECIDO 100% ALGODAO, COR BRANCA, TIPO PIQUET, GRAMATURA MINIMA 235 G/M², DIMENSOES: 140 X 230 CM TOLERANCIA +/-3%. NO ATO DA HOMOLOGACAO O ITEM TEM QUE ESTA CONFORME ESPECIFICACAO MAR 71000/524D. DETALHES DA ARMACAO DO TECIDO MAQUINETADO ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/524D FIGURAS 6 OU 7. COM ETIQUETA ACORDO ESPECIFICACAO MAR 71000/524D ITEM 4.5. ESTABILIDADE DIMENSIONAL: URDUME MAXIMO +/- 7% E TRAMA MAXIMO +/- 5%.				
LOCAL DE ENTREGA		CAM: 5670 - DepSIMRJ - Material Comum AV. BRASIL, 10500		
	MRC	DESCRIÇÃO CARACTERÍSTICA	RESPOSTA DECODIFICADA	
	ABGL	LARGURA	135.8 CENTIMETERS MINIMUM .and.	
	AJND	PADRÃO DO TECIDO	SOLID	
	AKKK	PESO DO PANO	245.0 GRAMS PER SQUARE METER	
	BQRM	COMPRIMENTO ACABADO	223.1 CENTIMETERS MINIMUM .and.	
	BQRP	DISPONIBILIDADE	NONDISPOSABLE	
	HUES	COR	WHITE	
	NAME	ITEM NAME	BEDSPREAD	
	SUPP	RECURSOS	TECIDO TIPO PIQUE, ESPESSURA	
	-----	-----	-----	
(*)	RAZÃO SOCIAL	EMAIL	CODEMP	REFERÊNCIA
	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK S/A		0086K	071-7207
	TEKA TECELAGEM KUEHNRIK S/A		0086K	ALASKA
	COMANDO DA MARINHA	COA_MB@YAHOO.COM.BR	0027K	MAR71000/524B
MARCA				
<<Preencha aqui uma marca, se houver>>				
PREÇO TOTAL				

Val. da Proposta: * dias.

(LOCAL E DATA)

(CARIMBO E ASSINATURA)

* Campos para preenchimento da empresa

(*) Marque com um (X) a coluna ao lado do item cotado